



Laplace em Revista  
ISSN: 2446-6220  
geplageufscar@gmail.com  
Universidade Federal de São Carlos  
Brasil

## Políticas, educação e relações étnico-raciais

---

**Monteiro, Rosana Batista; Pinheiro, Rosa Aparecida**

Políticas, educação e relações étnico-raciais  
Laplace em Revista, vol. 2, núm. 3, 2016  
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

**Disponible en:** <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756517003>

**DOI:** <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201623203p.3-6>  
Atribuição não comercial internacional. Direitos de compartir igual e dar crédito aos autores e periódico.



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

## Políticas, educação e relações étnico-raciais

Rosana Batista Monteiro

Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, Brasil

rosanabmonteiro@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201623203p.3-6>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552756517003>

Rosa Aparecida Pinheiro

Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, Brasil

rosa3ufrn@gmail.com

Recepción: 10 Septiembre 2016

Aprobación: 03 Octubre 2016

No momento político de embate atual, a manutenção dos espaços construídos por lutas e conquistas sociais, no campo do debate étnico-racial, que resultaram em políticas de ação afirmativa, como a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena, a educação para as relações étnico-raciais, a reserva de vagas na educação superior para negros e indígenas provenientes de escolas públicas, a atenção à saúde da população, aponta a importância da formação de profissionais e educadores para que as concretizem.

No sentido de contribuir com o processo de implementação destas políticas, nas escolas e instituições de ensino superior, o presente dossiê da Laplage em Revista é constituído com resultados de intercâmbios, parcerias, eventos e pesquisas conjuntas, coordenadas pelo ETNS – Grupo de Pesquisa em Educação, Territórios Negros e Saúde. Dentre as atividades desenvolvidas por este grupo estão os Encontros do Mês da Consciência Negra, os Seminários #Educação para as Relações Étnico-raciais e Formação de Profissionais da Educação e Encontro sobre#Avaliação em Educação e Saúde no campo das Relações Raciais, ocorridos entre 2013 e 2016.

As reflexões apresentadas sobre os avanços e as necessidades presentes para a implementação de políticas públicas e novas perspectivas de ação relativos aos mecanismos de constituição das identidades étnicas e raciais, em suas relações de poder, visam oferecer análises críticas dos modelos institucionais que reproduzem ou podem modificar as relações de subordinação e invisibilidades construídas historicamente. Os artigos que compõem o dossiê, em suas considerações políticas e analíticas, com bases em pesquisas empíricas e aportes teóricos, estão fundamentadas em estudos contextualizados em âmbitos gerais, com alcance nacional em interação com pesquisas circunstanciadas, localizadas em espaços geográficos e contextos de educação e formação de profissionais e educadores no campo étnico racial. A interação de práticas educativas diversificadas em instituições de natureza e finalidades diferenciadas, contribui para a composição de um mosaico, em um painel amplo, mas com profundidade, nos debates sobre os desafios atuais e as possibilidades de ações vindouras.

Este dossiê apresenta práticas relacionadas à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/2004) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria MS 992/2009)<sup>1</sup>, na educação básica e na superior, com destaque para a formação inicial e permanente de profissionais da educação e da saúde. Esperamos contribuir para a construção de indicadores de qualidade; a revisão e alteração de projetos pedagógicos, a construção ou mudanças de curriculares, metodologias e práticas de cursos de graduação e pós-graduação em educação e saúde, bem como outras experiências formativas e possibilidades de novas organizações curriculares.

Para uma melhor leitura e compreensão da articulação nas pesquisas desenvolvidas, o Dossiê está organizado três partes: I – Políticas, **Educação** e Relações Étnico-raciais: educação básica, II – Políticas, **Educação** e Relações Étnico-raciais: formação de profissionais da educação e III – Políticas, **Educação** e Relações Étnico-raciais: formação e reflexões acerca da saúde da população negra.

No primeiro eixo, Políticas, **Educação** e Relações Étnico-raciais: educação básica, os artigos apresentam os embates e modificações apontadas para as transformações curriculares e no ensino de história nacional. Para tal, as abordagens se ancoram em pesquisas de história e memória das práticas culturais e educacionais de sujeitos e movimentos sociais que conquistaram duramente os espaços institucionais e sua relação com a educação básica.

O primeiro artigo de André Santos Luigi “As Diretrizes Curriculares e o Ensino de História da África: estamos falando de que? ” problematiza como a historiografia nacional aborda a história afro-brasileira e africana em sua significação política e pedagógica para o ensino de História da África nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais. Esta problemática torna-se central para a Educação das Relações Étnico-Raciais, descortinando como funciona o racismo brasileiro e o papel da educação na construção de memória e identidade no âmbito educacional.

Também no espaço escolar, Tânia Mara Pedroso Müller e Ana dos Anjos Santos Costa no artigo “Laicidade e religiões de matriz africanas na escola: percepções docentes” abordam as lacunas existentes na compreensão dos conceitos de laicidade e religiosidade na instituição escolar. As autoras sustentam que esses conceitos devem estar presentes, pela vertente da educação intercultural, nos currículos dos cursos de formação de professoras/es, contribuindo para a constituição de uma consciência dos direitos as diferenças – que implicariam em uma articulação das construções históricas das religiões e não em processos de excludência cultural.

Na complementação das abordagens na esfera educacional, Mariana Martha de Cerqueira Silva, com seu artigo “Educação de africanidades em processos educativos de movimentos negros sorocabanos”, apresenta os resultados de pesquisa com lideranças negras que, juntamente com outras fontes históricas, no reconhecimento dos movimentos sociais atuantes na cidade de Sorocaba no início do século XXI, resgatam propostas educativas dos movimentos negros, incrementadas a partir da segunda metade do século XX. A demarcação da importância cultural africana e afro-brasileira, a partir dos diálogos com ações educativas desses movimentos, nos leva a refletir como essas produções podem contribuir para a efetivação das DCN de Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, nos espaços educativos.

No segundo eixo, Políticas, **Educação** e Relações Étnico-raciais: formação de profissionais da educação, os artigos envolvem questões de formação para as mudanças apontadas no sentido de novas formulações e estruturações nos espaços sociais. Em comum, trazem a necessidade de debatermos as formatações de formação inicial e continuada de educadores e profissionais da educação e saúde, especialmente, que deverão atender as demandas do cenário presente no campo das relações étnico raciais.

Amauri Mendes Pereira, Eliane Almeida de Souza e Cruz e Luiz Fernandes de Oliveira, no artigo “Por Uma Formação Docente Intercultural e pluriétnica na UFRRJ” destacam os embates políticos, epistemológicos e pedagógicos ocorridos nesta instituição em torno da disciplina obrigatória Educação e Relações Étnico-raciais na Escola.

No relato do percurso da implantação da mesma, os autores resgatam a necessidade do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas (DCNERERs) e seus desdobramentos após a inserção oficial da disciplina em todas as licenciaturas da UFRRJ.

Também no âmbito das Instituições do Ensino Superior, Ivanilda Amado Cardoso, Tatiane Cosentino Rodrigues e Marcelo Rocha dos Santos, no artigo “Ações Afirmativas na UFSCar: desdobramentos no Curso de Pedagogia”, apresentam os resultados de pesquisa quanto a implementação dos programas de

Ações Afirmativas nas instituições superior parceiras (UFSCar, UFMG, UFSC, UFPE, UFMS e UFPA). Ao investigar como estas IES veem implantando políticas de reestruturação curricular, no tocante as políticas de Ações Afirmativas, pelos desenhos institucionais e acompanhamento das atividades disseminadas, apresentam um quadro parcial construído pelas visões dos gestores e alunos/as da graduação dos cursos de graduação em Pedagogia da UFSCar.

O artigo de Denise Conceição das Graças Ziviani e Vanessa da Silva Estevam, “O estudo da representatividade racial e de gênero nos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Minas Gerais” traz resultados e reflexões importantes sobre o perfil de estudantes dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Minas Gerais considerando-se os recortes por raça/cor, gênero e classe socioeconômica. No contexto de expansão da educação superior pública e da aprovação da lei que torna obrigatória a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior para pessoas provenientes da escola pública, negros e indígenas, a pesquisa aponta para segregações internas, por área de conhecimento, por raça/cor e as dificuldades para analisar a categoria gênero pela ausência de dados.

No terceiro eixo **Políticas, Educação e Relações Étnico-raciais: formação e reflexões acerca da saúde da população negra**, compreendendo saúde na perspectiva política e social, da promoção da qualidade de vida e do direito à vida, os artigos abordam experiências importantes na formação de profissionais na área da saúde, no ensino superior, com foco na implementação da política nacional de saúde integral da população negra e ainda a reflexão sobre o genocídio de crianças e adolescentes negros.

Istvan van Deusen Varga escreve o artigo “Disciplina Saúde e Sociedade: subsídios para a uma estratégia de abordagem da temática étnico-racial no campo da saúde, no Brasil” que traz uma importante contribuição para o desafio de inserir, nos cursos da área da saúde, em especial Medicina e Enfermagem, temas relacionados a educação para as relações étnico-raciais e saúde da população negra. No Sistema Único de Saúde, como vem apontando diversas pesquisas, o racismo institucional tem levado ao atendimento discriminatório da população negra. Neste sentido, o artigo discute planos de ensino das disciplinas Antropologia, Saúde e Sociedade, Introdução às Ciências Sociais, Saúde de populações e comunidades Indígenas, e Saúde da População Negra, de cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão, apresentando subsídios e sugestões para a abordagem da temática étnico-racial em disciplinas do campo da Saúde e das Ciências Sociais, no Brasil.

Na sequência, Jorge Luís de Souza Riscado em “A perspectiva das iniquidades da saúde, do racismo e do racismo institucional: experiências na construção e implementação de disciplinas eletivas acadêmicas na graduação e programa “stricto sensu”, na faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas” apresenta uma experiência de implementação de duas disciplinas relacionadas ao tema saúde da população negra, na graduação e na pós-graduação, na Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Alagoas. É um relato circunstanciado e referenciado sobre as lições aprendidas no seu desenvolvimento, o perfil dos participantes nas disciplinas em relação as áreas de conhecimento e/ou cursos de que são provenientes e os resultados obtidos para a promoção da saúde, da prevenção, cuidados e tratamento de doenças que são prevalentes da população negra e para o combate de práticas discriminatórias e racistas.

Por fim, João Clemente de Souza Neto, traz uma contundente reflexão sobre direitos humanos e políticas públicas e denuncia a persistência de violências contra crianças e adolescentes negros e negras em “Crianças e adolescentes afrodescendentes e o sistema de proteção integral”. O autor articula denso referencial teórico, análise de dados estatísticos e documentais à sua experiência do docente, pesquisador, mas também como militante, inserido de forma radical no convívio com as crianças e adolescentes. Seu texto é um alerta ao que chama de “canto da sereia” de determinadas políticas públicas que podem reforçar a exclusão social e o extermínio da população negra.

Nesta configuração, o presente Dossiê Políticas, Educação e Relações Étnico-raciais da Laplage em em Revista oferece análises quanto as conjunturas atuais que transpassam o campo da educação e formação de profissionais e educadores atuantes no espaço das relações étnico raciais, bem como aguça a necessidade de

transpassar os limites vigentes. Apresenta também avanços na implementação das DCN de relação étnico-raciais e da Política de saúde integral da população negra, contribuindo para a inserção destas nos diferentes cursos de formação inicial e continuada, ou permanente, mas também reflete criticamente, sobre as políticas de direitos humanos.

Em um contexto de ameaças à consolidação de direitos sociais no cenário nacional e diante dos compromissos da UFSCar, especialmente com a criação da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, em 2015 e às vésperas de completarmos 10 anos da Política de Ação Afirmativa que, em 2007 aprovou a reserva de vagas para estudantes provenientes de escolas públicas, negros e indígenas, o Dossiê reflete as preocupações, desafios e aponta caminhos para uma educação promotora da igualdade racial.

## NOTAS

- 1 BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> e BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Disponível: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992\\_13\\_05\\_2009.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html). Acesso em 14.10.2016.

## ENLACE ALTERNATIVO

<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/download/203/426> (pdf)

## ARTÍCULO RELACIONADO

[Artículo corregido , vol. 2 (2), 3-6] <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/203/426>